



# Anais da Assembléia

Nº 173

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE JANEIRO DE 1991

ANO XVII

## Atos da Presidência

### RESOLUÇÃO Nº 12/90

DATA: 11.04.90

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica, no Município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Aparecidinha do Oeste, desmembrando-se de São Miguel do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no Município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de APARECIDINHA DO OESTE, desmembrando-o de São Miguel do Iguaçu.

### CONFRONTAÇÕES

NORTE: Pelo Rio São Vicente, confrontando com o Município de Santa Helena;

NOROESTE: Pelo Rio São João e por uma linha reta e seca e pelo Riacho Cedro, confrontando com o Município de Missal;

SUL: Pelo Rio Ocoí, confrontando com a área remanescente do Município de São Miguel do Iguaçu e

OESTE: Pelo Rio Paraná, confrontando com a República do Paraguai.

### LIMITES

Inicia na foz do Rio São Vicente subindo por este até o Rio São Jorge, subindo por este até atingir a sua nascente, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca em sentido Sudeste, até atingir o Riacho Cedro, e por este até atingir o Rio Ocoí, seguindo por este até o Rio Paraná, subindo pelo Rio Paraná até chegar atingir o ponto de partida na Foz do Rio São Vicente.

### PERÍMETRO URBANO

NORTE: Limita-se com os lotes rurais de ns. 94, 92, 71 da Gleba n. 14 do Imóvel Guairacá.

NORDESTE: Limita-se com os lotes de ns. 94, 95, 96, 97, da Gleba n. 14 do Imóvel Guairacá.

SUL: Limita-se com os lotes rurais de ns. 121, 120, 119, 118, 117, da Gleba n. 14 do Imóvel Guairacá.

OESTE: Limita-se com os lotes rurais de ns. 116, 115, 114, 76, 73, 71, da Gleba n. 14 do Imóvel Guairacá.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.04.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 150/90

DATA: 19.12.90

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1989.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovada Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1989.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 12/91

DATA: 23.01.91

SÚMULA: Aplica-se aos servidores do Poder Legislativo, no que couber, o disposto na lei federal n. 8.112, de 11.12.90.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Aplica-se aos servidores do poder legislativo, no que couber, o disposto na lei federal n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.01.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA  
PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 1991

## (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Eduardo Baggio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu requero a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

27 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Aprovada a ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## Ofícios:

Sob os ns. DTL/SAT/70, 71, 72, 73 e 74/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

609/90 Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Goioerê, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.549. - Anote-se - Arquive-se.

620/90 - Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Congoninhas, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.550. - Anote-se - Arquive-se.

376/89 - De autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Senhor Sérgio Marcos Prosdócimo, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.551. - Anote-se - Arquive-se.

628/90 - De autoria do Deputado RUBENS BUENO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ DIVINO DA ROCHA, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.552. - Anote-se. - Arquive-se.

270/88 - De autoria do Deputado GERONTE KIRINUS, que denomina o atual Colégio Estadual Valle Porto, de Antonina - PR, de "Colégio Estadual Moisés Lupion", o qual convertido em Lei tomou o n. 9.553. - Anote-se - Arquive-se.

Sob os ns. DTL/68 e 69/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei ns. 613/90 e 615/90, em razão de motivos expostos. - À Comissão de Constituição e Justiça.

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 3079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, requer preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n. 625/90 e 611/90.

Sala das Sessões, em 24.01.91.

(a) ACIR MEZZADRI

## REQUERIMENTO N° 3086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário votação nominal para o Projeto de Lei n° 553/90.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) ALGACI TÚLIO.

## REQUERIMENTO N° 3077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER determine Vossa Excelência seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 243/89, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Escrivães da Polícia do Estado do Paraná, com sede nesta Capital, e, ao mesmo tempo, que o parecer seja oferecido pela Comissão Geral do Plenário.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## REQUERIMENTO N° 3078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO N° 3080

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve de acordo com o art. 146, parágrafo 2° do Regimento Interno solicita a devida publicação das emendas apresentadas e sua distribuição em avulso para discussão especial.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 3085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia, Deputado Oswaldo Piana, Governador eleito do Estado, Governador Jerônimo Santana, e o embaixador do turismo de Rondônia, jornalista Hércules Góes, do jornal Estadão de Rondônia, no sentido de cumprimentá-lo e colocar nossa estrutura e nossos préstimos para a consecussão do importante Seminário Internacional.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

No momento em que o Estado de Rondônia, se levanta pioneiramente para realizar o 1° Seminário Internacional sobre Turismo Ecológico, dentro da programação do Oscar Empresarial Internacional, sob os auspícios, do embaixador do turismo de Rondônia, jornalista e advogado Hércules Góes, queremos hipotecar nossa solidariedade, assim como nos unir à feliz inicia-

tiva que reunirá os principais Estados da região amazônica e de vários países.

Nosso Estado, tem profundas ligações com aqueles Estado, já que 50% da população de Rondônia, é constituída de bravos migrantes que deixaram nossas terras para fazer a grandeza do co-irmão do norte, e assim tem nossa inegável simpatia toda e qualquer manifestação que vise principalmente a preservação da vida e do meio ambiente.

## REQUERIMENTO N° 3081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja realizado nesta Assembléia Legislativa um Seminário aberto, sobre Prioridades Sócio-Econômicas Para Aplicações dos Recursos dos Royalties no Paraná.

Propõe, ainda, que o evento tenha promoção conjunta com o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE) e Editora "Gazeta do Povo" Ltda e Rede Paranaense de Televisão.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) RUBENS BUENO

## JUSTIFICATIVA:

A lei dos royalties, assinada recentemente pelo Presidente Collor de Mello, está apressando uma definição no que toca ao Fundo de Desenvolvimento Econômico entidade encarregada pela Constituição Estadual para gerir os recursos que serão repassados ao Estado do Paraná.

O fundo irá gerir 75% do dinheiro das indenizações repassados ao Estado. O restante será dividido entre todos os municípios do Paraná, inclusive os que sofre qualquer dano com as inundações pelos lados das usinas nas mesmas proporções da distribuição do ICMS.

É interessante salientar que um terço de todo o dinheiro pago em royalties a partir de abril, quando a lei entrar em vigor, deverá ser repassada ao Estado do Paraná, pela grande quantidade de Usinas e principalmente à potência gerada pela Hidroelétrica de Itaipu.

Esse é o momento do Legislativo atuar como ressonância dos anseios da sociedade paranaense, discutindo através de um seminário aberto, as prioridades sócio-econômicas para aplicação dos recursos advindos dos "royalties no Paraná".

## REQUERIMENTO N° 3084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, o envio da moção ao Excelentíssimo Senhor Fernando Collor de Mello, Presiden-

te da República.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) RENATO ADUR.

Apoio: Orlando Pessuti.

#### REQUERIMENTO N° 3083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, Doutor Alceni Guerra, com o intuito de encarecer a reativação do sistema de valorização do desempenho de entidades hospitalares filantrópicas.

Das inúmeras razões existentes é fundamental ressaltar que as entidades assistenciais filantrópicas que atuam na área hospitalar, são responsáveis, sozinhas, por 60% (sessenta por cento) de todos os internamentos realizados em todo o País. Ademais, é por demais conhecida a real e permanente situação vivenciadas pelos hospitais, que funcionam precariamente em face da exigüidade de recursos, por vezes inviabilizando o seu próprio funcionamento, em que pese os abnegados e incansáveis esforços de seus próprios provedores.

Pelos motivos expostos e na certeza de que o aludido assunto venha ao encontro das preocupações encetadas por esse Ministério, aguarda-se à adoção de medidas com a maior brevidade possível, pois o Brasil nunca pode prescindir dos hospitais filantrópicos.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 3082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência à Secretaria de Estado da Saúde, reivindicando o fim da guia de referência para atendimento ambulatorial.

O atendimento público deve primar sobretudo pela eficiência e organização. Para tal, a simplificação, desburocratizando o atendimento tem que nortear qualquer ação governamental, quanto mais em setores emergenciais como o hospitalar, que devem ser ágeis.

Neste sentido, a guia de referência para atendimento ambulatorial, ora em vigor, tem causado uma série de transtornos a pacientes e familiares desses, notadamente junto ao Hospital Pequeno Príncipe, responsável por quinze mil internamentos ao mês. Ademais, é comum inclusive o risco de vida daquele que busca socorro médico, obrigado a apanhar a nem sempre rápida guia para atendimento.

Tendo em vista as razões colocadas, aguarda-se um breve pronunciamento por parte dessa Pasta, pondo fim a um problema cujos transtornos são por demais conhecidos.

Sala das Sessões, em 24.01.91

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Jornal "Gazeta do Povo" de hoje, aparece o anúncio pago - e é importante que nós saibamos quem pagou - dizendo que existem os amigos do Paraná e os inimigos do Paraná. E os inimigos do Paraná seriam os Deputados que votaram contra o relatório da Comissão presidida pelo Deputado Rubens Bueno. Inimigos do Paraná são funcionários que há um ano estão recebendo dinheiro do BRDE sem trabalhar. Inimigos do Paraná, são empresários que fazem projetos financiados por bancos públicos, com a conivência de funcionários; quebram as instituições, criam os problemas e aí quando nós votamos aqui na Assembléia de acordo com a decisão pessoal e política de cada Deputado, alguém pagou, alguém relacionou os nomes para chamar os Srs. Deputados de "inimigos" do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu me inscrevo para um aparte.

O SR. PAULO FURIATTI - Infelizmente é Pequeno expediente e eu não posso lhe conceder.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu aguardo o horário das Lideranças.

O SR. PAULO FURIATTI - Quando votávamos aqui na Constituinte estadual, a garantia de empregos dos funcionários dos funcionários do BRDE, não éramos inimigos do Paraná. O maniqueísmo daqueles que possuem a sabedoria de Deus e daqueles que por uma única e exclusiva vontade do corporativismo associado ao empresariado, que muitos deles fazem discursos liberais neste país, mas adoram os juros subsidiados, adoram projetos inviáveis, quebram instituições e uma meia dúzia de grandes empresários que se beneficiaram dessas instituições, hoje, atrás de alguns políticos, associados ao corporativismo de funcionários, se dão ao direito de ir aos jornais de maneira apócrifa, porque nem sequer têm a coragem de escrever os seus nomes abaixo.

O corporativismo dos funcionários do BRDE que estão recebendo sem trabalhar e

muitos daqueles, coniventes com projetos inviáveis, exigem sim, uma CPI para verificar quem foram os funcionários coniventes.

Vamos entrar no BRDE, pegar os pareceres de liberações de recursos, vamos verificar quem foram os funcionários que foram até determinadas instituições e liberaram recursos e vamos verificar quem são os empresários que sempre se beneficiaram destas instituições. Muitos pequenos empresários não tinham acesso, muitos pequenos empresários não tinham condições de gerir os seus negócios, porque muitos funcionários sempre trabalharam dentro de um processo de entendimento de uma meia dúzia de empresários liberais.

Não aceito. Não aceito e gostaria muito que esta Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, pelo menos no final do meu mandato, mostrasse dignidade para saber quem é que pagou esta nota, quem redigiu, para que assuma perante o Paraná, esta acusação.

Esta Casa é democrática, em que as discussões são feitas, os Srs. Deputados discutem, como se discutiu a Comissão. Votaram de acordo com as suas consciências e eu vou cobrar pessoalmente, porque o meu nome, eu não aceito que seja colocado no jornal, desta forma, de maneira apócrifa. Não aceito e exijo desta Presidência, medidas imediatas para que não nos acabelemos, para que não fiquemos como "ratos de esgoto" perante a opinião pública de determinados setores corporativos e interesses empresariais.

Era isso Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, não há oradores inscritos.

No Horário das Lideranças consulto a liderança do PDS (Declina).

PDC (Declina).

PFL (Declina).

PRN (Declina).

PTB (Declina).

PDT (Declina).

PT (Declina).

PL (Declina).

PSDB (Declina).

PMDB (Declina).

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

No último dia 16, encaminhamos ao Secretário da Fazenda, um telex aprovado pela Comissão Especial que tratou do sistema financeiro estadual. Este telex para ser respondido no próprio dia 16, assim não aconteceu. Apesar dos esforços do Presidente da Comissão, Deputado Neivo Beraldin, e dos esforços do Deputado Caíto

Quintana que até sexta-feira à tarde, aqui juntos, ficamos aguardando a resposta deste telex.

Mas ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi a resposta deste telex. Em virtude já de ter apresentado este relatório em plenário, ser aprovado pela comissão, já ter sido julgado pelo plenário inclusive o parecer, me cabe ainda, Sr. Presidente, o dever de encaminhar a Vossa Excelência o original da resposta deste documento e requerendo a Vossa Excelência que encaminhe aos autos da comissão, para que dê os fins devidos ao documento resposta do Secretário da Fazenda ao telex que enviamos dia 16 de janeiro.

Sr. Presidente, penso que é importante a leitura deste documento para que a Casa tome conhecimento. (Lê):

Ilmo. Sr.

RUBENS BUENO

DEPUTADO ESTADUAL - Relator da Comissão Interpartidária sobre BRDE e BADEP

Com referência ao seu telex n° 0038 de 16 do corrente, tenho os seguintes esclarecimentos adicionais às declarações já prestadas a esta Comissão da qual V. S. é relator:

#### ITEM 1.

Não existe, atualmente, qualquer vínculo contratual entre a DIRECTA CONSULTORES e o Governo do Estado do Paraná, referente a trabalhos relacionados com a reforma administrativa. A referida Empresa prestou serviços de consultoria ao Governo do Estado do Paraná, na primeira fase da reforma administrativa promovida entre 1987 e 1988.

#### ITEM 2.

A DIRECTA AUDITORES S/C presta, atualmente, serviços de auditoria independente ao Banco do Estado do Paraná S.A. e a algumas de suas controladas e coligadas.

A DIRECTA CONSULTORES presta, ocasionalmente, serviços de consultoria ao BANESEDO, como, por exemplo, Desenvolvimento de Modelo Conceitual para Implantação de Controladoria ao Conglomerado.

Para melhor compreensão, os três quesitos podem ser respondidos conjuntamente. Na realidade, o Governo do Estado do Paraná nunca contratou qualquer empresa de auditoria ou consultoria para prestação de serviços específicos no processo de reforma do sistema financeiro estadual. O que ocorre é que todas as partes envolvidas têm desenvolvido, nestes últimos 2 a 3 anos, diversos estudos e análises sobre as diversas implicações e desdobramentos das várias alternativas que foram exploradas.

Estes estudos têm sido elaborados substancialmente por órgãos internos da

Secretaria da Fazenda, BANESTADO, BADEP, BRDE e BACEN, sendo que todas estas entidades têm recorrido, como é natural em circunstâncias do gênero, a consultas e opiniões críticas externas junto a assessores jurídicos e especialistas em matéria contábil, societária, fiscal, trabalhista, previdenciária, regulamentar de atividades financeiras etc.

Não procede, portanto, a observação de que há contrato específico com qualquer empresa e de que o Governador Álvaro Dias tenha dispensado licitação para tais serviços.

Neste contexto, a DIRECTA tem sido solicitada a opinar em alguns assuntos de natureza estritamente técnica nas áreas de sua competência profissional, por todas as partes envolvidas, da mesma forma que outros profissionais e/ou empresas também têm sido ou já foram consultados.

Cabe lembrar que a Secretaria da Fazenda (Através da qual o Governo do Paraná controla o BANESTADO, o BADEP e detém 1/3 do BRDE), sempre esteve à frente das gestões para equacionar os problemas do sistema financeiro do Paraná. Dessa forma, muitos dos estudos e consultas a que me referi já haviam, inclusive, sido conduzidos sob orientação do Secretário da Fazenda que me antecedeu.

Algumas das razões pelas quais eu recorri a técnicos da DIRECTA em determinados assuntos relacionados com o processo, são as seguintes:

a. A DIRECTA auditou o BADEP em 1987 e 1988 (concorrência feita pelo próprio BADEP), conhecendo, portanto, seus problemas e peculiaridades e gozando de um conceito junto aos administradores e funcionários daquela instituição;

b. A DIRECTA audita, presentemente, o BANESTADO (concorrência feita pelo próprio BANESTADO), sendo que, de forma análoga, também está familiarizada com seus problemas e peculiaridades.

Na qualidade de auditores independentes e sendo o BANESTADO uma companhia aberta, diversos aspectos do processo são inerentes às suas responsabilidades, como por exemplo:

b. 1. Exposição do BANESTADO com CDIS junto ao BADEP;

b. 2. Tratamento de inadimplências comuns das instituições;

b. 3. Desdobramento e implicações com criação de carteira de desenvolvimento e/ou transformação do BADEP em controlada ou coligada, incorporação, etc.;

b. 4. Divulgação de fatos relevantes junto ao mercado;

b. 5. Consolidação operacional de entidades sobre controle estatal comum.

c. A DIRECTA nunca auditou o BRDE, po-

rém atendeu a diversas consultas, em 1987 e 1988, a pedido daquela Instituição, sobre matéria de natureza contábil, fiscal e societária.

d. Além da familiarização com as entidades que representam o braço financeiro do Governo, do Paraná, a DIRECTA tem uma considerável experiência acumulada no setor financeiro, pelo atendimento a diversas instituições sob controle público e privado em outros estados, bem como por contribuições técnicas junto a FEBRABAN, SBACE, IBRACON, CVM, ACREFI, Banco Central do Brasil etc...

Por tais razões, bem como pela credibilidade e independência junto aos administradores das três instituições no segmento financeiro do Paraná, é que técnicos da DIRECTA foram ouvidos e ofereceram sugestões a vários grupos e comitês de trabalho, integrados por funcionários do BADEP, BRDE, BANESTADO e Secretaria das Finanças, da mesma forma que outros técnicos foram também ouvidos e ofereceram diversas contribuições. Quero igualmente reiterar os comentários já prestados a esta Comissão, no sentido de que os vários grupos de estudos e comitês que cooperaram neste processo, exploraram exaustivamente as alternativas de saneamento do BADEP sem que isto implicasse, necessariamente, na sua liquidação. Este desfecho resulta na impossibilidade de se explorar, de forma satisfatória, as demais alternativas consideradas e exiguidade de prazos determinados pelo Banco Central do Brasil.

Certo de ter atendido sua solicitação, permaneço ao inteiro dispor para eventuais esclarecimentos adicionais que esta Comissão julge necessária.

Atenciosamente

(a) ADALINO RAMOS

Secretário de Estado da  
Fazenda do Paraná

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 625/90 e 611/90. Aprovado.

Serão apreciados, após a aprovação do requerimento, se aprovado, primeiro os projetos em votação que têm preferência

regimental.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 004/91, de autoria dos Deputados RENATO ADUR e NAMIR PLACENTINI, que cria o município de Mato Rico e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Não entendi. Acabamos de votar requerimento de preferência para dois outros projetos, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Perfeito! É que esses projetos estão em fase de votação e, regimentalmente, tem preferência sobre os outros.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 123/90, de autoria do deputado ERONDY SILVERIO, que regulamenta o uso dos veículos de propriedade da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

APROVADO. Sobre o projeto há emenda, que será apreciada pela Comissão Executiva.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 625/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 225/90), que institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 da Constituição Federal, e 127 e 128 da Constituição Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 625/90

Artigo Único - O Projeto de Lei Complementar n. 625/90, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica instituída a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 e 22, do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição Estadual.

Art. 2° - A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe prestar gratuita assistência jurídica judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em

todos graus e instâncias.

§ 1° - A Defensoria Pública tem poderes para representar a parte em sede administrativa ou judicial, cumprindo a seus órgãos praticar todos os atos que lhes competirem, do procedimento ou do processo, mesmo contra o Estado, inclusive os recursais, ressalvados apenas os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

§ 2° - Considera-se necessitado para os fins deste artigo o brasileiro ou estrangeiro, residente ou em trânsito no País, cuja insuficiência de recursos, comprovadamente, não lhe permita pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento pessoal e de sua família.

Art. 3° - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade, a impessoalidade e a interdependência funcional.

Art. 4° - São funções institucionais da Defensoria Pública;

I - promover ação penal privada e subsidiária da pública;

II - promover ação civil;

III - promover defesa em ação penal;

IV - promover defesa em ação civil e reconvir;

V - atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais;

VI - assegurar aos seus assistidos acusados em processo judicial ou procedimento administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Art. 5° - Aos membros da Defensoria Pública é vedada especialmente:

I - exercer a advocacia, fora das atribuições constitucionais;

II - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

III - candidatar-se a mandato eletivo, salvo afastado das funções, sem remuneração.

Art. 6° - O Poder Executivo, em 180 (cento e oitenta dias), enviará à Assembleia Legislativa, Mensagem dispondo sobre a criação e estruturação da carreira de Defensor Público, bem como fixando vencimentos, vantagens, direitos e deveres e outras disposições cabíveis para o funcionamento da instituição.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.01.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus,



Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, registro meu voto favorável à mensagem e não à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Será registrado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 611/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES e outros, que acresce parágrafo único do artigo 1.<sup>o</sup> da Lei n. 8.521, de 06.07.87, modificada pela Lei n. 9.114, de 10.11.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. APROVADA. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. APROVADO.

O projeto irá à redação final.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Registro meu voto contrário.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Com o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, gostaria que registrasse o nosso voto contrário a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Devidamente registrado.

O SR. RUBENS BUENO - E o meu voto, anterior ao do Líder de Bancada, Nereu Carlos Massignan.

A SRA. VERA AGIBERT - Voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Meu voto é contrário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Com o meu voto contrário.

O SR. JOSÉ FELINTO - Gostaria de registrar o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente APROVADO.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, gostaria de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora já é matéria vencida.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

553/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 189/90), que autoriza aquele poder a proceder à retirada do Estado do Paraná como participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, ou a pleitear a liquidação ordinária do referido banco no caso de acordo entre os demais participantes. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a votação nominal para o Projeto de Lei n. 553/90. Rejeitado. Em votação o projeto.

Sobre o projeto há Emendas que serão lidas pelo 1.<sup>o</sup> Secretário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria que fosse observado o Artigo 143-§ 2.<sup>o</sup>, do Regimento Interno, de que esta Casa adotasse o mesmo sistema que vem adotando desde então, em todos os projetos que receberam Emenda Geral em 3.<sup>a</sup> Discussão, que essas Emendas sejam publicadas no Diário da Casa, para que todos os Parlamentares tenham conhecimento das Emendas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Vossa Excelência sabe e esta Casa sabe sobremaneira também, embora a orientação da Mesa, integrantes da Mesa, ao Deputado requerente, estranhos ao Plenário por conseguinte, de que não é essa a atitude que tem se adotado sistematicamente nessa Casa. E o projeto recebe em 3.<sup>a</sup> Discussão, Emenda, quando o próprio parecer já foi no dia de ontem votado contrário, obviamente, o projeto está limpo para ser apreciado as Emendas em Plenário. Eu solicito de Vossa Excelência que votemos as Emendas, serão lidas para o conhecimento dos Parlamentares para proceder a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai proceder à leitura das Emendas, mas quer ressaltar que de acordo com o § 2.<sup>o</sup>, quando pelo número ou importância das Emendas oferecidas em 2.<sup>a</sup> Discussão se tornar difícil o pronunciamento imediato da Assembleia, o Presidente, a requerimento de qualquer Deputado, enviará o projeto à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso, distribuído em avulso, sem sofrer porém discussão especial.

A Mesa vai proceder à leitura das Emendas e depois vai consultar o Deputado Algaci Túlio se insiste no seu requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.



O Deputado Paulo Furiatti foi à tribuna e queria saber a origem de um anúncio hoje na imprensa que fala em "inimigos do Paraná e amigos do Paraná".

Eu quero deixar bem claro, que eu também fui surpreendido por esta nota e tive a preocupação de mandar buscar no meu gabinete os recortes de jornais, e lendo aqui fala que o Sindicato dos Bancários, aliás até eu vou ler para que o Plenário tome conhecimento: "Inimigos do Paraná"; "O Estado do Paraná levou ontem um golpe fatal para o seu desenvolvimento com decisão de um grupo de Deputados, rejeitaram o parecer da Comissão Especial Interpartidária, instalada pela Assembléia Legislativa, defendendo a permanência do Paraná no BRDE. Mais uma vez prevaleceram os interesses particulares e irresponsáveis dos nossos Deputados, eles comprovaram que não estão nenhum pouco interessados em defender o interesse público, mas o Sindicato dos Bancários em nome de toda a categoria lembra, que o voto do povo funciona como um rolo compressor, que já acabou com muitos políticos, que só se fizeram presentes para voto imposto. A categoria bancária agradece os Deputados que aprovaram ser dignos de todo o respeito, não concordando com a medida absurda do nosso Governador. Conheço os nomes dos inimigos do Paraná e veja você mesmo, se podemos confiar nestes homens que se dizem nossos representantes na Assembléia".

O Deputado Algaci Túlio, pode até não concordar com os termos quase que todos aqui nesse anúncio; mas quer se eximir de qualquer responsabilidade de ter participado, de ter feito este anúncio; aqui diz bem claramente, o Sindicato dos Bancários - então que fique bem claro aqui, que nós Deputados, aqueles que estão citados como amigos do Paraná, acho que todos aqui, somos amigos do Paraná, só que temos posições diferentes e isso faz parte da Democracia. Agora que não se queira jogar em cima de nós Deputados, que estamos aqui agora, que não se queira jogar em cima de nós, Deputados de sermos citados como "amigos do Paraná", a culpa, a responsabilidade de um anúncio. Repito: posso até não concordar com o que diz o anúncio.

Mas, não tenho nenhuma responsabilidade, como tenho certeza que nenhum dos demais Deputados chamados de "amigos do Paraná" têm qualquer responsabilidade neste anúncio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à leitura das Emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) - (Lê Emendas ao Projeto nº 553/90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa procedeu à leitura das Emendas e tratando-se de matéria de fundamental importância, a Mesa vai suspender por quinze minutos a sessão, para tentar um entendimento entre as Bancadas.

Está suspensa por quinze minutos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

Há requerimento do Sr. Deputado Algaci Túlio.

(Lê requerimento)

Está deferido o requerimento de acordo com o Artigo 146 parágrafo II.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o "lobby" dos funcionários do BRDE formado nesta Casa, há mais de três anos, resolveu na manhã de hoje botar as mangas de fora.

Impossibilitados de uma convivência democrática, onde o principal é conviver com aqueles que pensam de forma contrária ao que nós pensamos, resolveram agredir esta Casa.

E na iminência de ver os seus "lobistas" se sentirem alcançados no seu desiderato que é a rejeição por esta Casa da Mensagem do Governo, resolveram assessorar dois dos Srs. Deputados nesta Casa ou três, que apresentaram a pletora de emendas esdrúxulas, absurdas.

Estes Deputados que subscreveram estas emendas é que devem ser considerados inimigos do Paraná, porque se aprovadas por esta Casa, trarão um rombo nos cofres do Tesouro do Estado incalculável. Estes os verdadeiros inimigos do Paraná.

Agora vem Vossa Excelência e defere um requerimento absurdo. Nós estamos num período extraordinário e que faltam apenas duas sessões para o encerramento.

Vossa Excelência sabe que existe a quarta discussão que é a Redação Final. Vossa Excelência sabe que se porventura for aprovada alguma emenda ela será incorporada em Redação Final.

Vossa Excelência como Parlamentar experiente sabe muito bem disso. Por isso data vênha o respeito que eu tenho por Vossa Excelência, eu requeiro da decisão de Vossa Excelência à Casa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O Deputado Erondy Silvério acusa os Parlamentares que apresentaram as emendas, de inimigos do Paraná.

Da mesma forma, quando li o anúncio do Sindicato dos Bancários e falei que não acredito que exista nesta Casa inimigos do Paraná e que todos nós somos amigos do Paraná e que todos nós queremos o melhor pa-

ra o Paraná, não nos impede, pelo direito que está contido no Regimento da Casa de apresentarmos as emendas.

Da mesma forma que o Deputado Erondy Silvério entende de que os funcionários do BRDE assessoraram, não há nada que proíba isso. Aqui todo mundo é assessorado por quase todo mundo, independente de ser funcionário ou não ser funcionário, de ser assessor ou não ser assessor.

Agora cabe a este plenário, democraticamente, aceitar ou não as emendas. Nós Deputados que subscrevemos as emendas estamos fazendo o nosso papel de Parlamentar e querer discutir como estamos fazendo desde o início da formação dessa Comissão. Então é um direito que nos cabe.

Inclusive este requerimento não é esdrúxulo coisíssima alguma. É um requerimento correto dentro do que preceitua o requerimento desta casa, que o Deputado Erondy Silvério conhece já por oito Legislaturas e a quem eu tenho um grande respeito.

Então eu quero só que seja permitido o direito da minoria desta Casa de fazer valer o Regimento.

Se serão votadas e aprovadas ou rejeitadas é outra história, cabe ao Parlamento discutir, rejeitar ou aprovar, o que não pode é cercear o direito nosso, da minoria, de ter o direito de colocar as emendas.

Apenas este reparo que quero fazer.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Em respeito ao Deputado Erondy Silvério que sempre foi um exemplo para nós dentro desta Casa de Leis e como eu fui um dos Deputados signatário de algumas Emendas, eu gostaria só de destacar ao Deputado de que eu também não considero que houve qualquer ato de leviandade, porque, caro Deputado, todas as Emendas por mim assinadas ou apoiadas foram devidamente estudadas e o que eu acho que possa ser leviano é haver opiniões sobre as Emendas das quais tenho absoluta certeza só poderão ser do conhecimento de Vossa Excelência após a publicação, porque opinar no seu conteúdo, pelo que nós ouvimos, pode acarretar em erro, principalmente porque as Emendas por mim subscritas estão consubstanciadas na Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição brasileira e Constituição do Estado. Já são direitos adquiridos, de certa forma, mas que colocados nesta Lei estadual poderão deixar mais claro a situação do passivo trabalhista, a situação do acervo de mais de três mil e quinhentos processos em andamento, da situação das dívidas em execução e de diversos outros fatores que foram profundamente discutidos na Comissão Técnica, onde todos os Partidos tiveram o di-

reito de participar e onde a maioria dos Partidos nos quais não abdicaram desse direito, discutiram profundamente o assunto. Eu acho muito mais lamentável é que seja colocado neste fórum que a posição que nós estamos defendendo, sem o pleno conhecimento, sem a leitura da justificativa, possa ser colocada de forma de que haja algum tipo de leviandade. Eu também, colaborando com as palavras do Deputado Algaci Túlio não concordo ou endosso qualquer forma de publicação que venha a prejudicar a integridade dos Srs. Parlamentares. E da mesma forma não concordo ou endosso qualquer ação leviana que porventura venha a colocar em dúvida a nossa integridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr.

Deputado Erondy Silvério requer que a decisão da Mesa seja submetida a apreciação do Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu gostaria de insistir de que fosse observado o que preceitua no Regimento da Casa e reforçando ainda, Sr. Presidente, ainda ontem esta Casa retirou de votação o projeto que trata dos "royalties" e a pedido do Deputado Caíto Quintana, muito embora entenda eu que o projeto é de sua autoria, tem toda a liberdade. Então, nós gostaríamos que fosse respeitado o que diz o Regimento da Casa, Sr. Presidente.

Insisto na publicação das Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, dada a complexidade das Emendas, também entende isto, mas cabe da decisão da Mesa recurso ao Plenário. E eu vou submeter ao Plenário a decisão da Mesa, sem antes dizer ao Deputado Erondy Silvério que cabe, direito de qualquer cidadão, qualquer Deputado, de acordo com o Regimento Interno, de solicitar à Mesa, à Presidência, que aquelas matérias controvertidas, principalmente no caso das Emendas, sejam apreciadas posteriormente, após a publicação das Emendas. Mas, democraticamente, vai submeter a votos a decisão da Mesa de não aceitar, determinando que fossem publicadas as Emendas em separado.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, conservem-se como estão. **ESTÁ REJEITADO.**

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa queiram levantar-se (Pausa). Quatro Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam a decisão da Mesa, queiram levantar-se (Pausa).

Vinte e cinco Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitada a decisão da Mesa.

Vou colocar em votação as emendas uma a uma. Aprovado o Substitutivo Geral, que é a primeira emenda a ser apreciada, as demais emendas serão consideradas rejeitadas. Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram conservar-se como estão. Rejeitado.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram levantar-se. Um Deputado aprova. Está rejeitado o Substitutivo Geral.

Em votação a Emenda n° 02, do Deputado José Rogério de Carvalho. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 03 Senhores Deputados aprovam a Emenda. Os Senhores Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se. 28 Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitada.

Em votação a Emenda n° 04 do Deputado José Rogério de Carvalho. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão. Está rejeitada.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se. Senhores Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se. 25 Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitada a Emenda.

Em votação a Emenda do Deputado José Rogério de Carvalho. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal. A Mesa anuncia que os Deputados que estão votando, que acompanham o processo de votação, não podem mais se ausentar do Plenário.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - (Procede à chamada nominal) (É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e oito (38) Senhores Deputados responderam à chamada.

Iniciado o processo de votação, os Deputados que responderam à chamada, ficarão constando como presentes, de acordo com o Regimento Interno.

Emenda do Senhor Deputado José Rogério de Carvalho. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram ficar como estão.

Rejeitada.

Emenda do Senhor Deputado José Rogério de Carvalho.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

O SR. RUBENS BUENO - Verificação de quórum, Senhor Presidente.

Aliás, Senhor Presidente, ela está numerada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É n° 07, Emenda do Deputado José Rogério. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. RUBENS BUENO - Pedi verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 08 Senhores Deputados aprovam, 23 rejeitam. Está rejeitada.

Emenda do Senhor Deputado José Rogério. Emenda n° 08. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Emenda n° 09. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, permaneçam como estão. Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação da Emenda, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n° 09, do Deputado José Rogério de Carvalho, queiram levantar-se. Os Senhores De-

putados que rejeitam, queiram levantar-se. 08 Senhores Deputados aprovam, 25 rejeitam. Rejeitada.

Emenda n° 10, do Deputado Algaci Túlio. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 08 Senhores Deputados aprovam. 23 Senhores Deputados rejeitam. Rejeitada.

Emenda n° 13, do Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Tendo em vista que, lamentavelmente, não foram publicadas as emendas e para que não hajam dúvidas do que assinamos, gostaria de encaminhar todas. Como não foram publicadas, gostaria que o Senhor dissesse qual está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - "Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, o acervo líquido do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, que couber ao Estado do Paraná, será destinado exclusivamente ao reforço do patrimônio do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP."

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Tendo em vista que uma autarquia para um processo de extinção não possui hoje uma metodologia devidamente conhecida, já que este fato, acredito que não tenha acontecido até hoje no Brasil, talvez tenha acontecido fusões, mas não extinção, tem que se preservar na lei alguns aspectos básicos sobre o acervo, a sua destinação, as suas garantias.

Considerando-se que o projeto apresentado pelo Executivo já prevê que os recursos deverão ir para o BADEP, a emenda simplesmente qualifica e especifica melhor os recursos que devem ser destinados, no caso da extinção, e também cria uma comissão específica, tendo em vista que o passivo trabalhista, do qual vamos ouvir falar mais aqui durante as justificativas, que o passivo trabalhista de cem milhões de dólares, ou talvez 80 milhões de dólares -

que é o número que está sendo levantado - tendo em vista que esse passivo trabalhista pela atual Legislação e pela atual Constituição, tem preferência no processo de liquidação. Na eventualidade do BADEP também ser liquidado extrajudicialmente.

Desta forma, ela está prevendo aqui que se faça uma comissão paritária da Secretaria de Administração do Estado, do Sindicato dos Bancários e que liberem juntos sobre a locação dos funcionários, sobre a manutenção das vantagens e sobre a forma de aplicação destes recursos. Isso pode parecer óbvio, mas, tendo em vista o depoimento do Banco Central e do próprio Secretário da Fazenda, Doutor Adelino, em nossa Comissão Especial, de que não sabem a forma correta de se fazer isso, nós somente tomamos o cuidado ao apresentar esta Emenda, em tentar manter uma ordem no processo já que da forma como está sendo apresentado o projeto, de maneira genérica, nos parece que inúmeros problemas irão surgir por falta de definição.

Era isto, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão. Rejeitada.

Emendas 14, 15, 16, 17, 18 - Rejeitadas.

Emenda n° 19: Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Vossa Excelência disse rejeitada, não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, eu falei aprovada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Mas ela foi rejeitada, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. Seis (06).

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e cinco (25). Rejeitada a Emenda.

Emendas n.ºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29. Rejeitadas.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar à Mesa a eventualidade de dizer os Deputados que assinaram a Emenda, já que os números não foram publicados, e não temos a menor idéia...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente!

Deputado Algaci Túlio, Emenda n° 30. Rejeitada.

Emenda n° 31, Algaci Túlio. Rejeitada.

Emenda n° 32, Algaci Túlio, rejeitada.

Emenda n° 33. Rejeitada.

Emenda n° 34, Deputado Luciano Pizzatto. (Lê referida Emenda: "Deverá ter prévia...")

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Embora concorde com o encaminhamento do Deputado Luciano Pizzatto, não o querendo to-  
lher na possibilidade de encaminhar, só queria chamar a atenção para o Artigo 174, do Regimento Interno, que diz: "O encaminhamento de votação..." (Lê). O Deputado Luciano Pizzatto já encaminhou e, por consequente, o Regimento diz que encaminha em conjunto todas as Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra "Pela Ordem" para encaminhar, Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Para encaminhar) - Sim! Não estava entendendo. Nós não recebemos, não lemos e se o Deputado gostaria que não defendêssemos...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não, não é "não defendesse". É que Vossa Excelência invocou o Regimento Interno e ele não lhe dá o direito de encaminhamento de uma por uma das Emendas.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - "Deverá haver prévia definição de procedimentos a serem adotados nas cobranças em fase judicial de forma a não prejudicar o rito processual de inscrição e dívida ativa por tratar-se de uma autarquia."

Isso, Senhor Presidente, é de extrema relevância, tendo em vista que muitos maus pagadores empresários que burlaram a legislação e que estão hoje se locupletando com recursos públicos, estão em processo de execução em fase judicial. Como é uma Autarquia, esses créditos são privilegiados nas cobranças judiciais, e é óbvio que se nós não destacarmos essa condição, nós estaremos beneficiando uma série de maus empresários e, lamentavelmente, por não estar especificado no processo de retidada do Paraná do BRDE, não estaria se dando a condição específica de garantir de que esses créditos que efetivamente estejam em rito processual, sejam escritos em dívida ativa. Eu acho que para proteção do recurso do bem público, é uma emenda extremamente interessante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. Rejeitada.

A Presidência vai dar uma de "nem tanto ao mar, nem tanto à terra", vai encaminhar as Emendas de Vossa Excelência, e Vossa Excelência vai fazer o encaminhamento de uma só vez.

Emendas 34 a 54.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, nós não temos a numeração; então eu farei de forma genérica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou encaminhar as Emendas a Vossa Excelência.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Emenda n° 34. (Lê): "Deverá haver prévia definição da destinação das operações consorciadas com outros Estados ou com outros agentes."

A Emenda se justifica, Senhor Presidente, em função de que o Estado do Paraná, atualmente sendo parte do BRDE, ele é avalista solidário das operações que estão em execução.

Conseqüentemente, não se definindo que o Estado do Paraná, para a sua retirada do BRDE, também precisa retirar o seu aval das operações. Obviamente, mesmo se retirando do BRDE, no vencimento dessas operações, sejam elas lícitas ou eventualmente ilícitas, como tendo acontecido lamentavelmente neste País, manterão o Estado do Paraná como avalista das operações. E nos parece que isso seria danoso não só para o atual Governo, como os Governos que se seguem, já que nós temos créditos a vencer nos próximos quinze anos.

Emenda n° 35 - (Lê): "Deverá haver prévia definição de procedimentos a serem adotados nas cobranças em fase judicial, de forma a não prejudicar o rito processual, por tratar-se de uma autarquia."

O Senhor desculpa, essa já tinha sido lida anteriormente.

Emenda n° 36 - (Lê): "Fica o Poder Executivo autorizado a manter o convênio CODESUL/BRDE, desde que a sede do Banco seja transferida para Curitiba."

Essa hipótese, Senhor Presidente, foi levantada quando da declaração feita aqui em Plenário, por representante do Governo, de que lamentavelmente, o Estado do Paraná não tinha a menor influência a nível de BRDE. Com essa Emenda, suprime o Artigo que envolve a extinção do BRDE, ela tentava pelo menos, manter o poder do Estado do Paraná, para que benefícios fossem trazidos ao nosso Estado. Parece-me que era um pouco superada, já que a proposta de alteração do BRDE, já foi recusada de antemão por este Plenário.

Emenda n° 37 - (Lê): "O Órgão que absorver ativos e passivos do BRDE, deverá dar prioridade aos estudos e projetos em andamento, visando a não prejudicar a so-

cidade e o segmento empresarial."

Lamentavelmente, Senhor Presidente, inúmeros processos estão em fase de desembolso, no BRDE e no BADEP. Estes processos em fase de desembolso, houve até alguns testemunhos aqui, se não me engano do Deputado do PFL, de que foi paga a primeira parcela, foi paga a segunda parcela, por exemplo, numa operação de cem milhões de cruzeiros, foi liberado trinta, quarenta, e falta ser liberado os outros quarenta. Desde dezembro, estas parcelas não estão sendo pagas. Então, nós temos construções pela metade, obras sem serem executadas, e me parece que deveria ser uma prioridade, na lei, resolver isso.

O outro aspecto é que existem alguns milhões de dólares já disponíveis no BNDS, para serem carreados ao Estado do Paraná, e que não podem, porque os processos de análises que precisam ser feitos por uma equipe técnica específica, não estão em andamento em função das dificuldades que nós estamos vendo aqui, através da discussão. Então, me pareceria óbvio que na discussão eventual da retirada do Paraná do BRDE, que estes processos tenham prioridade, para que não haja prejuízo imenso junto aos projetos que já estão sendo executados e que precisam de recursos, desembolsos; e dos projetos que, eventualmente estavam na fase final de liberação, já que os mesmos ficariam totalmente paralisados, prejudicando algumas negociações, de um a dois anos.

(Lê): Emenda n° 38: "A retirada do Paraná somente deverá se concretizar após a definição, estruturação e funcionamento do órgão que venha a assumir as suas funções."

Segundo o depoimento do vice-Presidente do BANESTADO, Doutor Pio e do Secretário da Fazenda, com a saída do BRDE e a eventual extinção do BADEP, o BANESTADO assumiria as funções de uma carteira de crédito de fomento. É lógico que para nós, o BANESTADO não tem estas condições, porque é um Banco comercial, que visa lucros, e se operar uma carteira de fomento, aonde você não deve ter lucro, porque do contrário não será fomento, os seus próprios acionistas terão que se rebelar contra ele. Mas, como isto que foi escrito no relatório foi recusado por este Plenário, então torna-se necessário, através desta Emenda, que pelo menos se garanta que o BANESTADO tenha, efetivamente, uma carteira de fomento, ou que se mantenha o BADEP, para depois extinguir o órgão que faz o repasse do recurso.

Parece-me absurda a posição de nós abirmos mão de milhares de dólares que estão à disposição, do PIS-PASEP, do Fundo de Garantia, que não podem ser carreados sem uma carteira específica. Observe-se,

inclusive, que o BANESTADO, neste ano, não utilizou os recursos desta carteira. Por quê? Porque ele não tem prioridade neste tipo de ação e possuía restrições.

Então, se for tomada uma decisão, por este Plenário, de efetivamente se retirar do BRDE e futuramente extinguir o BADEP, é óbvio que tem que haver a garantia inicial do mesmo momento de existir uma carteira em funcionamento, estruturada e devidamente aprovada pelo Governo do Estado e eventualmente, pela Assembléia Legislativa.

(Lê): Emenda n° 39, artigo 3°: "Suspensão de todos os pagamentos aos credores, com a retenção dos recursos na agência do Paraná, até a regularização do passivo trabalhista."

Eu acho que isso é só nós estarmos garantindo o que está escrito na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; na Constituição Brasileira, onde o passivo trabalhista tem prioridade. Só que, considerando-se que isto é uma autarquia e não possui um processo específico para a retirada do Paraná do banco e eventual demissão de funcionários, torna-se necessário que estas garantias constitucionais sejam mantidas no processo legislativo. Para que não haja necessidade, depois, de mais demandas legais, da Justiça, etc.

(Lê): Emenda n° 40: "Na hipótese da extinção do BADEP, a destinação do patrimônio líquido que couber ao Paraná, dependerá de prévia autorização da Assembléia."

Como já está sendo anunciado pelo Governador do Estado, de que a reforma administrativa envolve, também a extinção do BADEP; se bem que este é um assunto que deverá ser discutido aqui pela Assembléia, caso contrário é um crime constitucional; mesmo assim seria uma garantia a todos os Senhores Deputados que continuarão nesta Casa a partir do próximo mês, de que o eventual recurso da extinção do BADEP, que foi divulgado por algumas autoridades, que ficaria em torno de 80 milhões de dólares, não sei se este número é verdadeiro, de que a destinação destes recursos com a eventual extinção do BADEP, como já se colocou oficialmente, seja decidido por esta Casa de Leis, salvo se os Senhores Deputados também abdicarem deste direito.

Emenda n° 41, artigo 3° - (Lê): "As pendências trabalhistas referentes aos funcionários de Curitiba e a 1/3 dos funcionários da Direção Geral do Banco, obviamente indicados pelo Paraná, deverão ser equacionadas antes da retirada do Paraná do Convênio CODESUL."

Como nós já tínhamos previsto as garantias trabalhistas numa outra Emenda que eu já li aos Senhores, esta Emenda só deixa mais claro a necessidade de ficar equacionada a necessidade trabalhista para que não haja injustiça social. Especialmente

para as pessoas e os Deputados progressistas desta Casa, que têm uma profunda preocupação com os trabalhadores do País.

Emenda n° 42, artigo 3° - (Lê): "Após a saída do Paraná do BRDE, o Poder Executivo implementará a incorporação do BRDE ao BADEP."

Essa Emenda segue a linha de raciocínio que caso pudesse ter sido negociado, com a publicação das Emendas, e mais tempo para negociações, pudesse ter sido negociado com a Assembléia Legislativa e o Poder Executivo, os problemas que estão surgindo hoje, a nível do passivo do BRDE e também dos seus eventuais imóveis, pessoal, etc., pudessem ser transferidos ao BADEP, garantindo-se assim um fortalecimento dessa instituição.

Emenda n° 43, artigo 3° - (Lê): "A retirada do Paraná deverá ser precedida de uma auditoria externa, definindo ativos e passivos da agência, de modo a avaliar as vantagens e desvantagens do afastamento."

Eu acho isso fundamental porque uma auditoria externa iria permitir que o Governo do Estado do Paraná, eventualmente, não tivesse nenhum prejuízo, especialmente porque estamos lidando com Poderes de três Estados independentes e autônomos, e também para que esta auditoria pudesse indicar para nós os valores líquidos e absolutos e as vantagens e desvantagens desses recursos.

Emenda n° 44, Artigo 1° - Essa Emenda segue a hipótese de eliminação da dualidade, que me parece foi suprimida com a votação contrária da primeira Emenda Substitutiva, em todo o caso, vou ler:

"Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a retirada do Estado do Paraná como Estado participante do BRDE e promover a incorporação do BRDE ao BADEP, após a cisão."

Emenda n° 45, inclui dois Parágrafos no Artigo 2°:

(Lê): "§ 1° - Caso ocorra a extinção do BADEP, fica o Estado obrigado a criar um novo Banco de Desenvolvimento, sob a forma jurídica de autarquia."

Os quadros funcionais do BADEP e do BRDE seriam aproveitados nessa nova instituição.

A hipótese que se está colocando hoje pelo Estado, é a criação de um novo Banco ou Carteira dentro do BANESTADO. Se isso acontecer, como nós estamos trabalhando com funcionários de regimes diferentes, uma autarquia e uma sociedade anônima, não seria possível compatibilizar os regimes, ou haveria uma profunda dificuldade. Já em forma de autarquia, mesmo que não fosse autarquia especial, para não gerar grande ônus aos Estado, nós poderíamos compatibilizar os dois quadros, já que na sociedade anônima não haveria nenhuma dificuldade ou

restrição para a passagem da autarquia.

Essa hipótese também considera a possibilidade da criação de um só instrumento de fomento.

É lógico que se a opção do Estado para acabar com a dualidade for a manutenção de uma carteira de fomento no BANESTADO, aí a alternativa deve ser melhor equacionada.

Emenda n° 46 - (Lê): "Fica o Poder Executivo autorizado a pleitear junto ao ISSBRDE, Instituto de Seguridade Social do BRDE, o ressarcimento aos funcionários da agência, valores que cabem a cada um no patrimônio."

Eu acho que isso é compreensível, Senhores Deputados, já que quando acabamos com o FEPPA, nesta Casa, usamos do mesmo mecanismo. Então, já que para o FEPPA e para os Senhores Deputados isso foi lícito, me parece que também é lícito aplicar isso para os funcionários. Ou seja, o exato valor que foi pago para o seu Instituto particular de previdência, seja pelo menos ressarcido aos que contribuíram.

Emenda n° 47 - (Lê): "Fica autorizado o Poder Executivo a gestionar junto aos outros dois Estados a eventual possibilidade da transferência de funcionários, aonde haja interesse mútuo ou concordância do funcionário."

É óbvio que se o Governo de Santa Catarina e o Governo do Rio Grande do Sul entenderem por bem ampliarem o seu quadro funcional, o Estado do Paraná deverá ter o maior esforço na negociação, para equacionar este problema, desde que sejam possíveis as transferências.

Artigo 3° da Emenda n° 48: "Fica autorizado o Executivo a proporcionar rescisões trabalhistas através de contratos coletivos junto à Justiça do Trabalho."

Esse artigo facilita em muito a ação judicial na hora da extinção do BRDE, já que se nós tivermos que discutir, o Estado tiver que discutir junto a cada funcionário uma ação independente a nível trabalhista, será um trabalho imenso; e como somente está autorizando o Executivo e não determinando, uma ação trabalhista coletiva é muito mais fácil de ser negociada.

O § 1° e o § 2°, que determina o pagamento dos 40% sobre o Fundo de Garantia e a indenização por tempo de trabalho, nada mais são, para não assustar ninguém neste Plenário, nada mais são do que as garantias já previstas hoje na CLT, recém alterada há um ano atrás, quando o Fundo de Garantia passou de 10% para 40% na indenização.

Emenda n° 49, artigo 3°: "Fica autorizado ao Executivo a dar aos funcionários do BRDE a opção pela aposentadoria voluntária proporcional."

Como o BRDE já possui o seu fundo de previdência privada, é óbvio que se for



dada a proporcionalidade, a maior parte dos funcionários que já têm vinte ou vinte e cinco de carreira, podem eventualmente se aposentar proporcionalmente a esse período, sem nenhum custo adicional ao caixa do Estado, mas sim viabilizado através do seu fundo, fundo particular de previdência do BRDE.

Emenda n° 50, artigo 3°.

Desculpa, essa já foi lida, Senhor Presidente.

Emenda n° 51.

Essa aqui foi a primeira que Vossa Excelência leu.

Emenda n° 52, artigo 2° - (Lê): "Em qualquer das duas hipóteses referidas no artigo anterior...", que seriam os artigos 1° e 2° da lei que estamos discutindo, "...o acervo líquido do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que couber ao Estado do Paraná, será fundido ao BA-DEP."

Nós somente colocamos a palavra "acervo líquido", e que "deverá" e não "poderá", como está na legislação.

Emenda n° 54 - (Lê): "Previamente à saída do Paraná, deverá ser equacionado junto à agência de Curitiba, a dívida da CIC."

A CIC, Cidade Industrial de Curitiba, deve ao BRDE valores referentes a financiamentos não honrados em seus vencimentos na implantação do parque industrial de Curitiba. Se isto não for cuidado antecipadamente, invés da Prefeitura Municipal de Curitiba manter, desculpe, invés da CIC manter essa dívida junto ao BRDE, essa dívida terá que ser assumida pelo seu avalista, que é o Governo do Estado do Paraná.

Artigo 3°, Emenda n° 55 - (Lê): "Os funcionários da agência de Curitiba constituirão quadro à parte em extinção, assegurados direitos e vantagens à instituição que absorver os ativos e passivos do Banco."

Isso é somente, como eu falei, no caso de uma autarquia, que não existe nada já definido no processo de extinção, então é óbvio que terá que ser um quadro à parte para que seja efetivamente extinto e não um quadro geral dentro do processo do próprio banco, o que faria com que os funcionários não tivessem a condição de serem efetivamente demitidos ou transferidos.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para que não haja confusão, para que não se divulguem por aí coisas que não são de todo verdadeiro. Durante o encaminhamento da votação por parte do Deputado Luciano Pizzatto, ele fala acerca da lei aprovada por esta

Assembléia e posteriores deliberações, que dão conta da extinção do Fundo Estadual de Previdência Parlamentar, e diz que teria que ser atribuído aos funcionários do BRDE, igualdade de condições e direitos.

No nosso entendimento, o que tem que se esclarecer é que em nenhum momento, nós estamos aqui votando a extinção do BRDE, mas tão somente a saída do Paraná como participante desta entidade financeira. Em nenhum momento nós estamos votando aqui a extinção da previdência privada dos funcionários do BRDE. Nós não estamos extinguindo o Fundo de Previdência Privada deles. Foi sim, extinto o da Assembléia, e por isso que houve deliberação posterior do Conselho Deliberativo daquele Fundo, que estabeleceu que os Senhores Deputados que não tinham direitos adquiridos, receberiam as suas contribuições corrigidas de acordo com o índice estabelecido.

Então, não se trata da mesma coisa.

São duas coisas distintas. Nós aqui extinguimos o FEPPA; não estamos extinguindo o Fundo de Previdência Privada do BRDE, e muito menos extinguindo o BRDE.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, pela ordem.

Somente, como foi citado, só para esclarecimento, se o Senhor me permitir, serei rápido.

A analogia que eu quis fazer, Senhor Deputado Orlando Pessuti, é muito simples. Da mesma forma que o FEPPA, o Fundo de Previdência dos Funcionários do BRDE também é mantido por uma parte de contribuição do BRDE e outra dos funcionários, como o nosso Fundo era mantido por uma parte de contribuição por parte do Governo do Estado, e outra pelos Senhores Deputados.

O que nós falamos que gostaríamos que fosse aplicado com a mesma metodologia, é que, na hipótese do funcionário ser retirado do quadro, como está sendo proposto agora, já que o Estado se retira, ele não vai mais contribuir para esse Fundo. Consequentemente, me parece que seria um direito do senhor funcionário, obviamente, também retirar a parcela que também contribuiu ao Fundo. Seria uma garantia a mais. Não quis com isto dizer que o Fundo estava sendo extinto.

Eu só falei que a metodologia aplicada poderia ser a mesma. Desculpe se houve alguma confusão na interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, o conjunto de emendas apresentadas pelo Deputado Luciano Pizzatto.

Senhores Deputados que aprovam o conjunto de Emendas, queiram permanecer como estão. Rejeitado.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o conjunto de emendas apresentadas pelo Deputado Luciano Pizzatto...

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, só uma pergunta: estamos votando todas as Emendas em conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parece que conjunto é tudo.

O SR. PAULO FURIATTI - Não é possível votar 49 isoladamente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Desde que Vossa Excelência requeira destaque.

O SR. PAULO FURIATTI - Então, eu solicito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Destacada a Emenda 49.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, já está em processo de votação, o requerimento do Deputado Furiatti não cabe mais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem agido com liberalidade e vai atender ao requerimento. Destaque para a Emenda 49.

O SR. PAULO FURIATTI - Eu retiro. Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, estamos na parte de verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o conjunto de Emendas do Deputado Luciano Pizzatto, queiram levantar-se.

Dez.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte.

Rejeitado o conjunto.

Em votação a Emenda do Deputado Algaci Túlio, n° 56.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitada.

Deputado requer verificação de votação e nós vamos proceder.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Oito. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um.

Rejeitada a Emenda.

Deputado Nereu Massignan. Senhores Deputados que aprovam a Emenda do Deputado Nereu Massignan, conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

Oito.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois.

Rejeitada a Emenda.

Deputado Algaci Túlio requer após ouvido o Plenário, votação nominal para o Projeto de Lei n° 553/90.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O Senhor já declarou aprovado, Senhor Presidente; nos cabe o direito de verificação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Onze aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove rejeitam. Está rejeitada.

Vai se proceder à votação do Projeto.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto Mensagem Governamental n° 189/90, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

20 aprovam.

09 rejeitam.

Está aprovado o projeto.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto contrário, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Gostaria de registrar nosso voto contrário, em função inclusive da recusa do processo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Também gostaria de registrar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Por todas as razões já expostas neste Plenário e na Comissão Especial que tratou do assunto, quero também mais uma vez ratificar meu voto contrário à Mensagem do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Da mesma forma.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Registre, por favor, nosso voto contrário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Eu solicito à Mesa que registre nos Anais da Casa o meu voto favorável à Mensagem do Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Serão anotados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu apenas quero deixar registrado nos Anais desta Casa, praticamente encerrando este período da convocação extraordinária e que aqui me fiz presente em todos os momentos convocados por Vossa Excelência, em meu nome e no nome dos meus companheiros, e em nome até dos companheiros da Oposição, eu quero manifestar aqui neste momento meu desagravo das notas publicadas através do Sindicato dos Bancários do Paraná, em relação de nos acusar de inimigos do Paraná.

Não preciso prestar contas a ninguém neste momento. Esta Casa, o Paraná e a região que eu represento, sabe do meu currículo e sabe da minha vida pública.

Sempre me pautei dentro da seriedade, da responsabilidade, nunca utilizei do meu mandato para benefícios próprios em qualquer instituição financeira que exista no Paraná, nunca votei aqui de formas escusas, procurando defender meus interesses pessoais.

Mas é bom que se saiba que nós estamos vendo as notícias da imprensa e que servi-

ramos de subsídios ao Deputado Rubens Bueno, ao Deputado Luciano Pizzatto e ao Deputado Pedro Tonelli, que questionaram a questão do BRDE, servirá de subsídio esta luta que aqui tivemos com o nosso ponto de vista e os ilustres Deputados com os pontos de vista deles.

Eles irão a Brasília, ao Congresso Nacional a partir do dia 1º e nós estamos vendo pela imprensa o fechamento de mil e poucas agências e postos avançados do Banco do Brasil, e ainda sob observação, trezentas e poucas agências que estão trazendo prejuízos à instituição do Banco do Brasil.

Então nós queremos reafirmar de que esta posição tomada pelo Governador Álvaro Dias, nós estamos conscientes que é uma posição acertada, porque o Brasil hoje está vendo uma modificação na sua situação econômica e financeira. Então, fica aqui o meu registro em nome dos meus companheiros e tenho dentro da minha consciência do meu dever cumprido como Parlamentar e assim somos. Já é o terceiro mandato que avançamos a partir do dia 1º e teremos a mesma integridade com que fomos reconhecidos pelo povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/91, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que altera o memorial descritivo contido no artigo 1º da Resolução nº 151/90, de 1º de dezembro de 1990. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica alterado o Memorial Descritivo contido no artigo 1º, da Resolução nº 151/90, de 19 de dezembro de 1990, que passa a ser o seguinte:

"Art. 1º - ...

Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens do Rio Caratuva e a linha de limite territorial do município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00' NW, com a distância de 7.950m. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com as terras do município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00' NE em 1.157 m; 26°00' NW em 1.134 m e 05°00' NW em 538 m, chegando às margens do Arroio Junqueira. Deste ponto, segue arroio abaixo com distância de 3.218 m, confrontando pela nova linha territorial de limite, com terras do município de Ibituva no rumo 74°00' NE com a distância

de 4.210 m, chegando às margens do Arroio do Ansolim. Deste ponto segue arroio abaixo confrontando com terras do município de Imbituva, com a distância de 6.940 m, chegando na confluência do referido arroio com os Rios Perdido e Caratuva. Deste, segue em direção ascendente pelo Rio Caratuva confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do município de Irati, com a distância de 9.632 m, chegando-se ao ponto onde se faz princípio e onde se encerra a presente descrição, com área de 55.697.674,00 m<sup>2</sup> (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e quatro metros quadrados)."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.01.91.

(a) ARTAGAO MATTOS LEAO

O Senhor Deputado Paulo Furiatti solicita à Mesa providências, exige desta Presidência medidas imediatas para que sejam identificados os autores da nota...

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Os autores já estão identificados, depois do esclarecimento do Deputado Algaci Túlio. O que eu solicito, no entanto, é que a Mesa da Assembléia verifique com cuidado as acusações que são feitas aos Senhores Deputados. São feitas acusações de que houve um processo de votação e que os Senhores Deputados votaram, votaram por interesses particulares e isto precisa ser esclarecido, e dando a entender que são interesses escusos.

Eu solicito à Mesa da Assembléia que tome as providências, inclusive judiciais, contra os autores desta nota, para que se responsabilizem pela gravidade das acusações feitas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa responde a Vossa Excelência citando uma frase do Presidente Lincoln: "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o direito de dizê-la." A crítica é livre. Eu não endosso as críticas que foram feitas aos Senhores Deputados, respeito a opinião dos Senhores Deputados, também não endosso as críticas que Vossa Excelência fez aos funcionários do BRDE.

Sobre a mesa, requerimento de nº 3078, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3077, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3085, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3080, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Rejeitado.

Requerimento de nº 3084, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 3081, 3082 e 3083, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3068, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3075, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: do Projeto de Lei Complementar nº 625/90 e do Projeto de Lei nº 611/90

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 08/91.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

#### PORTARIA Nº 018/91

mandar contar, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, em conformidade com o Art. 35, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná, de 05 de outubro de 1989, combinado com o Art. 130, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ISIS RITA DE CÁSSIA COSTA, matrícula nº 205, ocupante do cargo de Taquígrafo "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, dez (10) meses e vinte (20) dias, período compreendido entre 02 de janeiro de 1986 e 11 de dezembro de 1987, em que prestou serviços à Câmara Municipal de

Londrina, neste Estado.

(Protoc. n° 11.784, de 18.12.89)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.01.91.

PORTARIA N° 019/91

antecipar, as férias concedidas pela Portaria n° 140/90, a funcionária MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula

la n° 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão - SC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para a partir de 02 de janeiro do corrente ano.

(Protoc. n° 0077, de 07.01.91)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.01.91.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral